



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Ata da Reunião Ordinária da Conatrae

Data e Horário: 31 de outubro de 2017, de 09h30m às 17h30m.

Local: Secretaria de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C - Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar – Brasília – Distrito Federal – 70308-200.

Participantes:

NOME	CARGO	ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO
Adilson Santana de Carvalho	Coordenador Geral da Conatrae	CGCTE/SDH
Akemi Akimura	Diretora	MDH
Ana Carolina Roman	Procuradora da República	MPF
Andréia Figueira Minduca	Assessora	CGCTE/MDH
Antônio Carlos Mello	Coordenador	OIT
Camila Assis	Assessora	CONATRAE
Camila Zelezoglo	Coordenadora	ABIT
Carlos Eduardo Chaves Silva	Assessor	Contar
Edmundo Lima	Diretor	ABVTEX
Fabiana Galera Severo	Defensora Pública Federal	DPV
Flávia Piovesan	Secretária Nacional de Cidadania	MDH
Gabriela Madrid Aquino	Delegada da PF	PF
Herbert B. P. Barros	Secretário Adjunto	MDH
Isabel Teles	Assessora	MPT
João Francisco Araújo Maria	Assessor	Conatrae/SDH
Larissa Nascente	Especialista em Pol.	CNI
Luciana Campello R. Almeida	Gerente de Programas	Instituto C & A
Luciana Conforti	Diretora D.H.	ANAMATRA
Maria Fernanda Briceno	Analista de Políticas Sociais	Conatrap/MJ
Marília Ramos	Assistente de Coordenação	Repórter Brasil
Marina Bernardes	Coordenadora CGETP	MJ
Mateus Salles	Assessor de Rel. Gov.	ABIT
Matheus Alves Viana	Auditor Fiscal do Trabalho	MTb
Maurício F. Brito	Procurador	MPT
Maurício Krepsky Fagundes	Chefe DETRAE	MTb
Mércia Consolação Silva	Diretora Executiva	InPacto
Rodrigo Hugweh	Assessor Jurídico	CNA
Vera Jatobá	Diretora	SINAIT
Xavier Plassat	Coord. Campanha	CPT

1) Coordenação – Conatrae

a. Abertura (10h)

Flávia Piovesan – Agradece a todos. Apresenta o livro sobre a Condenação do Brasil pela Corte Interamericana no caso *Fazenda Brasil Verde*, fala ainda sobre o livro que foi produzido em parceria com a FGV que foca no Estado, empresas e vítimas. Fala sobre sua saída e sobre o respeito que tem pela Conatrae. Expõe sobre tudo o que foi construído dentro da Secretaria, relatando acerca dos trabalhos realizados, elogiando toda equipe da Secretaria Nacional de Cidadania. Fala sobre as dificuldades que enfrentou quando de sua entrada, mas que achou muito importante que o quadro se mantivesse, tendo permanecido em 90%, o que facilita a continuidade do serviço. Apresenta o Herbert, informando ser o Secretário Adjunto. Apresenta a Diretora de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Akemi. Agradece ao Adilson e equipe pelo trabalho, mesmo em tempos difíceis e a todos em geral.

Herbert Barros – se apresenta, fala sobre sua formação e cargo de especialista em políticas públicas desde 2002, fala sobre sua trajetória profissional na Secretaria de Direitos Humanos, desde o ano de 1996, informa que neste momento segue fazendo a coordenação da equipe, até que seja designado (a) um(a) novo(a) Secretário(a) de Cidadania. Agradece a todos se colocando à disposição.

Akemi Kamimura – se apresenta, informa que está na Diretoria de Defesa dos Direitos Humanos, acompanhando a pauta da Conatrae, fala sobre sua formação se coloca à disposição.

João Francisco – se apresenta, fala sobre seu histórico profissional e se coloca à disposição de todos.

Adilson Carvalho – Lembra que o momento da entrada da Flávia, foi um momento em que muitas pessoas tiveram bastante resistência, incluindo ele que era favor de que ela não aceitasse o convite para a Secretaria, porém, nem por isso, ela deixou de convidá-lo a fazer parte da Coordenação Geral da Conatrae, tendo durante todo esse tempo uma relação muito respeitosa com a Conatrae e sua Coordenação. Analisa que considera que o saldo de todo o trabalho realizado, tendo em vista o cenário, foi positivo. Solicita que todos se apresentem.

Todos – se apresentam e no geral agradecem à Flávia e Adilson pelo comprometimento e atuação.

Carlos Eduardo Chaves – parabeniza a Secretária e à equipe da Coordenação Geral da Conatrae pelo trabalho realizado, fala sobre a preocupação com a sucessão da Secretária Nacional de Cidadania, pergunta se há alguma expectativa com relação à pessoa que virá para ocupar esse espaço.

Antônio Mello – agradece e parabeniza pelo trabalho, também expõe sua preocupação com a sucessão, perguntando se há expectativa de quem possa vir. Relata sobre 3 (três) produtos dessa gestão que considerou muito importantes, primeiramente fala sobre o Pacto que foi assinado, tendo por consequência uma grande representatividade no IV Encontro das Coetraes, em que mesmo em um momento turbulento foi possível realizar essa integração, visando à interiorização da luta. Reforça que a OIT tem uma isenção de cunho político, todavia esta

isenção vai até o momento em que fere a dignidade do trabalhador ou trabalhadora. Outro ponto que chama à atenção é o aumento da participação institucional, expõe que esse fórum é aberto e cada vez mais democrático, ressalta ainda a maior representatividade por parte das instituições que representam os setores econômicos e que tem feito muito na luta contra o trabalho escravo, transformando a Conatrae num ambiente de discussão central das questões que tem sido colocadas como polêmicas, como o conceito e a lista suja, que são ferramentas que a OIT reconhece como boas práticas e devem ser objeto de cooperação, e que estão ameaçadas neste momento. Ressalta que a OIT reconhece e tem instado o governo a manter este fórum como fórum central para essas discussões sem tomar iniciativas unilaterais que podem colocar em cheque o papel do Brasil como referência internacional na luta contra o trabalho escravo.

Flávia Piovesan – agradece a todos pelo reconhecimento e pelo trabalho realizado. Faz considerações sobre o trabalho e os desafios enfrentados a cada dia.

b) Aprovação da Ata

Adilson Carvalho – pergunta sobre a aprovação da ata dos dias 08/08/2017 e 26/09/2017.

Rodrigo Hugwey – informa que não há possibilidade de aprovar nesta data, visto que não foi possível ler, considerando o curto período de tempo entre o encaminhamento da ata e a reunião.

2) Situação da Detrae/MTb: possível esvaziamento e perda de autonomia e independência (MPT)

Maurício Brito – faz algumas ponderações estritamente institucionais ao Ministério do Trabalho, fala sobre a saída do André, sobre as dificuldades na manutenção da agenda das fiscalizações, fala sobre a possível criação de um comitê dentro da própria Detrae, destacando que não havia anteriormente, visto que a Detrae sempre teve uma boa atuação. Ressalta que apesar de a Detrae ser subordinada ao órgão do executivo é necessário que se tenha uma certa autonomia para participar e se posicionar em fóruns como este. Cita ainda que atualmente a relação com o MTb não tem sido favorável, exemplificando situações como o último GT sobre a lista suja, em que a atuação do MPT era praticamente figurativa, visto que tudo já estava previamente desenhado. Destaca que esta situação não pode ocorrer visto que atores deste fórum como MPT, CPT, OIT devem ser protagonistas destes processos. Expõe que trouxe esta pauta para que não haja distanciamento e sim coesão entre a Conatrae e o MTb.

Carlos Eduardo Chaves – chama atenção quanto ao alerta da “Folha” que falava sobre a negociação de votos em troca da saída do André, momento em que se imaginava que fosse um fato isolado. Todavia, relata, que por coincidência, naquele momento a Contar havia pedido uma reunião no MTb para conversar sobre a situação da SIT. Assim, houve uma reunião com o Ministro do Trabalho para falar sobre os registros sindicais pendentes, da fragilidade da fiscalização, etc. Relata que tudo estava indo muito bem até o momento em que foi apresentado um abaixo assinado em que instituições se manifestavam contra a saída do André, demonstrando que a saída dele seria um prejuízo para a pauta; expõe que aquele foi um momento

de tensão e resistência, o que acabou inviabilizando a continuidade da reunião. Relata ainda que o Ministro informou que haveria, além dessa, outras mudanças, que a questão da lista seria revista, e assim na segunda feira saiu a publicação da Portaria. Finaliza dizendo que acredita sim que a saída do André seja decorrente de negociação de votos e alerta sobre a preocupação com o cenário dentro do MTb, tendo em vista o posicionamento do Ministro naquela reunião.

Ana Carolina Roman – expõe que sua percepção é que hoje há uma ruptura do MTb com a Conatrae, lembrando que o início dessa ruptura se deu com a criação do GT da lista suja, tirando essa discussão da Conatrae. Alerta que é preocupante que se tenha saído à revelia esta Portaria 1129/2017, no momento em que há um GT dentro da Conatrae que trata da lista suja. Demonstra preocupação ainda quanto ao reconhecimento deste fórum por parte do MTb e entende que os representantes podem levar esta preocupação ao MTb.

Adilson Carvalho – fala sobre a boa relação com a SIT/DETRAE, que tem sido uma parceria relevante para defesa da política, para conter processos de retrocesso. Lembra que a Secretária da SIT foi co-signatária, junto com a SDH, de uma Nota Técnica sobre o PLS 432, quando essa matéria estava sendo discutida no congresso, que tem sido citada como referência da posição governamental de contra-ponto dentro do governo. Cita sobre a publicação da lista suja, em que realizou uma cobrança formal ao André fundamentado no fato de que o prazo estava vencido, assim a solicitação realizada desta forma deu a ele certo respaldo e possibilidade de tensionamento dentro do governo para que a lista saia. Lembra ainda acerca do processo da Renner, que foi oferecida uma proposta de conciliação, que ao analisar tanto a Coordenação Geral da Conatrae, como o André em nome da DETRAE foram contra a proposta colocada, visto não ter sido visualizada nenhuma vantagem ao governo. Menciona sobre a entrada do Maurício e do Matheus, que embora precária, considerando a situação atual, acha importante manter essa boa relação. Cita que temos um processo de ameaça institucional que precisa ser contido e sem a atuação isenta da SIT e especificamente da DETRAE muito se perde. Ressalta que em reunião no INAI, foi colocado que a DETRAE está em um processo de redesenho e que a DETRAE vai perder a centralidade, destacando que a voz da auditoria no seu sentido técnico está perdendo relevância no processo de redesenho institucional o que é preocupante.

Mércia Silva – fala sobre a preocupação, enquanto sociedade civil, ressaltando que essas vozes devem ser mantidas, entende que é momento da Conatrae estimular a participação de representatividades de outras regiões. Pede que as novas pessoas que estão assumindo dê continuidade aos processos que vem sendo executados pela Conatrae, para que não venha a enfraquecer e para que não venha a ser motivo de barganha.

Vera Jatobá – considera que o último ano foi um dos piores anos para a inspeção do trabalho, tendo em vista, as dificuldades com relação aos três principais pontos: norma, pessoal e orçamento. Lembra que já viu o Ministro destituir pessoas da SIT e através de um grande esforço de todos e do SINAIT foi possível reverter, já viu o Ministro criar uma Comissão de notáveis, que teve que revogar, e assim o SINAIT sucessivamente tem feito esses procedimentos, de chegar ao Ministro e falar que não pode ser feito dessa forma. Lembra sobre a enorme mobilização para levar a público e denunciar o processo de exoneração do André, para que todos tomassem conhecimento. Assim também como vem fazendo com a publicação da Portaria. Concorde que a autonomia da inspeção do trabalho é necessária. Lembra que o SINAIT

participou da jornada da ANAMATRA tratando de paralelamente traçar enunciados para orientar como trabalhar, velando pela garantia dos direitos humanos, pela dignidade, pela constitucionalidade e pelo respeito acordado internacionalmente.

Flávia Piovesan – compartilha o momento de tensão no campo intragovernamental e dentro do MTb. Informa que Matheus e ela estiveram com a Ministra Rosa Weber, na quarta-feira, e entregaram a Nota da Conatrae e a publicação sobre a sentença. Considerou muito importante a manifestação do Matheus, que levou argumentos sobre os impactos no trabalho da fiscalização do trabalho, que acabou por ser inviabilizado em razão da Portaria 1129/2017. Assim, ela se convenceu vindo a emitir a decisão, que espera que seja confirmada. Pergunta para o MTb o que podemos fazer, se oficia em nome da Conatrae expressando as nossas preocupações e solicitando posicionamento do MTb. Entende que o cerne deveria ser a fiscalização. Coloca assim a sua sugestão.

Xavier Plassat – lembra que antes da Conatrae havia o GERTRAF que realizava as articulações, porém não com a capacidade que temos depois da criação da Conatrae. Entende que devemos considerar essa qualificação que adquirimos no decorrer dos anos. Alerta que nesse momento pode se correr o risco de que cada instituição deixe isso em segundo plano e a desarticulação seria o fracasso. Elogia a gestão do Adilson relatando que este conseguiu fomentar uma articulação constante que nos permitiu resistir e afirmar posição. Apela a todos que nos juntemos para mostrar força e união, defesa de conceito, procedimentos e defesa da visão institucional. Pede que o discurso seja afinado, não devendo haver discursos diferentes, visto que todos são muito importantes neste processo.

Maurício Fagundes – responde a algumas questões, fala que sua presença constante e do Matheus, perdurará. Informa que foi surpreendido com a exoneração do André e no mesmo dia surpreendido com o convite da Secretária Maria Teresa, para que ele assumisse a Detrae, esclarece que por seu histórico de fiscalização, seu nome surgiu como uma pessoa que já estava trabalhando na DETRAE para ocupar a vaga. Fala sobre a surpresa com a publicação da Portaria, não tendo tido nenhuma participação da SIT. Fala sobre o posicionamento mediante memorando da SIT contrário à Portaria, visto que deveriam dar continuidade às fiscalizações, que inclusive estavam em andamento, assim se manifestaram em obediência à IN91. Quanto à falta de possível perda de autonomia da DETRAE, fala sobre a nota técnica que a DETRAE assinou junto com a Secretária, sobre a portaria, se manifestando tecnicamente, tendo sido um documento de 30 paginas alertando o Ministro sobre a ilegalidade da portaria, normativas nacionais e tratados internacionais e solicitando a revogação da portaria. Com relação ao GT, diz que a Secretária falou sobre o interesse em implantar esse comitê, o que foi passado é que seria um grupo para traçar um diagnóstico das ações de combate ao trabalho escravo e propor melhorias no procedimento. Porém relata que essa discussão começou em um momento crítico, não tendo sido possível fazer nenhum rascunho sobre o GT em virtude do cenário, o que pode ser retomado na reunião anual da Detrae em dezembro, por ora não há definição.

Matheus Viana – expõe que com relação à Portaria a SIT e a DETRAE considerou um afronte à inspeção do trabalho. Relata um histórico dizendo que foi feito um memorando recomendando aos fiscais do trabalho que não atendessem ao disposto na Portaria e mantivessem a fiscalização da forma que já vinha ocorrendo. Destaca que o memorando não seria o melhor instrumento

jurídico para fazer este tipo de recomendação, assim posteriormente foi feita uma Nota Técnica, sustentando que a ordem da Portaria é manifestamente ilegal e assim não se deve cumprir. Expõe que tem uma preocupação com os colegas de trabalho, que enfrentam as consequências dessa insegurança jurídica. Fala que a Nota técnica foi o possível que a SIT pode fazer neste momento. Assim, em função dessa insegurança as fiscalizações que estávamos previstas para o dia 24 foram suspensas. Em reunião extraordinária no MTb informa que os colegas dos grupos móveis junto com os coordenadores de 5 unidades regionais fizeram questão de registrar na reunião a contriedade quanto à criação do comitê dentro do MTb. Destaca que com a liminar da Ministra, de suspensão da portaria, estão retomando as agendas das fiscalizações.

Fabiana Severo – pergunta se (áudio) informa que não se conseguiu demonstrar que não se trata de sabonete. Disse que tem uma Portaria SIT nº 503/2015, e gostaria de saber se tem informações sobre a conclusão desse trabalho ou se pretendem incorporar isso. Explica que essa portaria instituiu um grupo de trabalho que estava sendo coordenado pelo André Roston, para alterar a IN 91, no sentido de deixá-la menos jurídica e mais pragmática. Destaca que precisamos reconhecer que mesmo no âmbito da Conatrae ainda não conseguimos junto à representação patronal definir o que é o problema, porque quando ficamos nessas discussões fluidas começam a surgir argumentos como o milímetro do colchão, saboneteira etc e não se trata disso. Lembra que em reunião que teve no CNJ no ano passado, quando foi anunciada a publicação da sentença Fazenda Brasil Verde, o André Roston disse que o trabalho da Portaria 503/2015 já estava sendo finalizado, então acha importante resgatar e aproveitar este trabalho que já estava sendo realizado que tinha por objetivo desmistificar coisas como a “saboneteira e o colchão”, e demonstrar o que é intolerável nas relações de trabalho, considerando a dignidade humana, isso sendo colocado em situações concretas.

Adilson Carvalho – diz para a Fabiana que entende que essa discussão seria muito pertinente para a reunião de amanhã, que tratará do conceito de trabalho escravo. Fala sobre a sugestão da Flávia, devendo todos pensarem qual o conteúdo deste ofício, tenta assim tirar algum encaminhamento.

Maurício Fagundes – responde à Fabiana, informando que com relação ao Grupo de Trabalho a minuta está na DETRAE, tendo sido apresentada à SIT, mas ainda está em discussão, relata que alguns colegas que participaram do grupo estão atualmente no Grupo Móvel, e irão ajudar a resgatar este histórico. Relata que foram analisados 10 anos de resgate de trabalhadores, tendo todos trabalhado 6 meses na minuta e revendo alguns pontos que desde a IN de 91, muitos procedimentos e a exploração tiveram mudanças, então o objetivo é atualizar e trazer os conceitos. Respondendo ao Carlos Eduardo, esclarece que nesse ano de 2017 não havia uma atividade obrigatória para fiscalização na área rural, porém para o ano de 2018 já constam essas atividades com metas específicas, voltando a ser uma atividade obrigatória.

Luciana Confort – faz o esclarecimento, como a Vera se referiu à jornada, lembra que todos os dias os juízes estão combinando de não aplicar a reforma, essa jornada foi feita com várias instituições MP, a fiscalização, não só a ANAMATRA, lembra que tem muito a ver com jornada exaustiva, trabalho degradante e a reforma precariza o trabalho e toda legislação depende de interpretação, então pontua o seguinte não há combinação de uma aplicação da reforma, o que reforçou e reforça nesta jornada é que é indiscutível que há inconstitucionalidade em pontos da

reforma, que inclusive a PGR já ajuizou ação no STF e também incompatibilidades na questão do negociado sobre o legislado, porque os artigos da CLT são contraditórios entre si, então o que há é uma oposição entre as normas. Com relação ao conceito, pontua que não merece fechar o conceito, visto que já está normatizado, o que deve é considerar as formas de trabalho colocadas pela OIT.

Rodrigo Hugwey – gostaria de saber se é possível trazer o que está sendo trabalhado no MTb com relação à IN 91 para discussão da reunião de amanhã.

Antonio Mello – sugere que circule no e-mail da Conatrae a Nota Técnica da SIT. Fala que vem fazendo um histórico dos autos de infração para demonstrar qual o núcleo desses autos para facilitar e legitimar a discussão do conceito. Quando se analisa os autos verifica-se que se afasta muito do vem sendo falado, quando mencionado fatos isolados de um auto de infração, lembra que quando um fiscal realiza uma fiscalização ele tem que autuar qualquer irregularidade que ele encontre, desde o trabalho escravo até a saboneteira faltando, isso não quer dizer que foi responsabilizado por trabalho escravo em razão da saboneteira que estava faltando. Com esse objetivo está sendo feito este estudo, tendo uma prévia da nota técnica, que pode ser utilizada para discussão, mas ainda é um documento de trabalho interno, não sendo um documento da OIT, mas de um grupo que está discutindo essa temática.

Larissa Nascente – complementa a fala do Rodrigo fazendo um pedido para que tragam o que está sendo discutido sobre a renovação da IN 91. Pergunta se é possível abrir para o setor produtivo participar deste trabalho, visando objetivar o conceito, conjuntamente.

Mércia Consolação – reforça que desde o momento em que começamos a discutir no âmbito da Conatrae sobre a lista suja, havia um combinado de que no outro dia seria a última reunião e a partir daí seria possível verificar onde está o conflito e acha que se chegará a uma conclusão.

Carlos Eduardo Chaves – sugere que além do ofício se solicite uma audiência com o Ministro do Trabalho e com o autor do requerimento Jovair Arantes. Pede que reflita se o pedido irá em nome de uma comissão ou da Conatrae, sugere que seja em nome da Conatrae, mesmo que tivéssemos uma representação mínima.

Matheus Viana – relata que essa minuta acerca da IN 91 foi realizada por um grupo técnico, sendo uma consolidação de procedimentos do trabalho que vinha sendo executado, não se trata de alteração e com relação ao conceito é proposto um anexo com indicadores para cada uma das temáticas, degradância, jornada exaustiva, condutas compiladas que fazem parte do trabalho rotineiro da fiscalização. Diz que há uma expectativa de retomada para finalização do trabalho, mas ainda não tem uma definição.

Adilson Carvalho – MTb pede que passe a nota técnica para a coordenação e repassamos aos demais. Acha importante fazer um ofício pedindo informações e uma reunião, importante que se crie uma comissão para participar desta agenda. Comissão: CNA, CNI, ANAMATRA, CONTAG, CONTAR, MPT, SINAIT, MDH.

João Francisco – visando confirmar, retoma os encaminhamentos: preocupação da Conatrae com relação ao contexto todo após a publicação da portaria; um pedido de informações de como

está sendo tratada a questão da fiscalização do trabalho neste contexto todo pós-revogação da Portaria e solicitação de uma reunião.

Ana Carolina Roman – que o ofício seja no sentido de demonstrar a preocupação da Conatrae com o esvaziamento, ressaltando que a discussão já está sendo feita no âmbito da Conatrae e questionar sobre a comissão que está sendo criada no âmbito da DETRAE, perguntando qual o objetivo deste GT. Sugere que se faça um convite e alternativamente receba um grupo de pessoas para conversa.

Rodrigo Hugwey – sugere que convide o Ministro a vir para a Reunião da Conatrae, para conhecer o trabalho e ver o debate, entendendo que isto teria um melhor resultado do que ir um pequeno comitê de 4 ou 5 pessoas.

Adilson Carvalho – sugere que se coloque as duas situações, que o convide e que na impossibilidade ele receba uma comissão.

3) Sucessão no MDH e na Conatrae

4) Decisão sobre a Lista Suja

5) Atos do Ministro do Trabalho

Carlos Eduardo – fala sobre a preocupação após a saída da Flávia e do Adilson, então quer pensar de que forma podemos fazer para manter uma pessoa com o mesmo perfil. Se há um processo de sucessão em curso, acha importante que se tenha uma manifestação no sentido de realizar uma recomendação à Ministra, que se tenham critérios técnicos. Lembra que a Conatrae foi um espaço de muita resistência neste governo, tendo tido mais visibilidade atualmente após a fala da Flávia e da Ministra.

Adilson Carvalho – acha pertinente a preocupação, entende que inclusive no governo anterior à pauta de direitos humanos vem sendo periferizada e isto vem se tornando mais claro. Lembra que nossa área vem sofrendo restrições de acesso a recursos, cita dificuldades como a realização de reuniões e o Encontro Nacional das Coetraes. Cita que não há apoio financeiro e quanto ao apoio político informa que não tem contato com a Ministra e após a saída da Flávia não se sabe exatamente como será. Sugeriria que se peça uma conversa com a Ministra em nome da Conatrae e cobre que ela se comprometa no mínimo com a manutenção da estrutura.

Xavier Plassat – sugere uma curta moção falando sobre a dificuldade de manutenção deste espaço privilegiado de monitoramento da política de combate ao trabalho escravo e que contamos com a Ministra em defender essa pauta e solicitar uma agenda para recepção de uma pequena comitiva.

Adilson Carvalho – formula os encaminhamentos: pedido de reunião com a Ministra por parte da Conatrae, que se faça um Ofício demonstrando esta preocupação e solicitando uma agenda para recepção de uma comitiva, que será formada a partir do momento em que a Ministra tiver uma agenda, assim posteriormente verifica-se quem irá à audiência.

Carlos Eduardo – lembra que saiu como encaminhamento pela manhã o pedido de agenda com o Ministro para tratar da Portaria, bem como a possibilidade de conversa com o Jovair Arantes para firmar posicionamento da parte da Conatrae com relação ao requerimento que ele apresentou. Fala que no primeiro momento quando da criação do GT já foi um grande desrespeito e agora com a Portaria a situação está mais complicada, sendo necessário realmente forçar um diálogo. Diz que o outro passo seria o Congresso Nacional, visto que atualmente tem-se o Rodrigo Maia querendo constituir uma base e há informações de que também teria envolvimento dele nesse processo, devendo avaliar se também não valeria uma conversa com ele, relata que na época do PL 6442 foi mencionado de que a recomendação dele era de que não encaminhassem mais pautas negativas. Pensa se de repente não valeria uma conversa com o Rodrigo Maia e com o Jovair separadamente.

Adilson Carvalho – Faz uma assimilação das propostas no sentido de confirmar se a proposta é aproveitar a discussão sobre a questão administrativa da DETRAE, incluindo no pedido de reunião com o Ministro esses outros temas; e também que a coordenação faça a tentativa de agendamento com o Jovair Arantes e Rodrigo Maia.

Entende que se deve incluir no pedido de agenda com o Ministro os pontos 4 e 5, do que já havia saído anteriormente.

6) Informes

a) Requerimento do deputado Jovair Arantes Jovair Arantes na Câmara dos Deputados

Carlos Eduardo – foi falado anteriormente, mas a intenção é saber a intenção do Dep. Jovair ao fazer o requerimento.

b) Trabalho escravo doméstico

João Francisco – informa que houve uma primeira reunião do GT sobre Trabalho escravo doméstico, e que o primeiro encaminhamento foi avançar no diagnóstico com relação a que situação temos hoje sobre esses trabalhadores. Faz uma citação sobre o caso da empregada doméstica de Minas Gerais que estava em situação análoga a de escravo e foi resgatada. Informa que foi marcada uma próxima reunião para o fim de novembro e a ideia é que até lá façamos uma reunião com o sindicato e com o MDS pensando numa integração do sistema de assistência social (CRAS e CREAS) para trazer dados para a realização deste diagnóstico, tendo isso como primeiro produto deste GT, a fim de saber o que representa de fato trabalho doméstico escravo.

Antônio Mello – expõe que com relação à base de dados, estrutura de assistência social, informa que no âmbito do laboratório digital de trabalho escravo já tem uma série de informações sobre essas estruturas. Sugere incluir o Luis Fujiwara nestas conversas. Entende que a partir dos dados do IBGE com os registros de empregadas domésticas talvez seja possível tirar alguns dados. Sugere também que o Luis Fabiano participe.

Maurício Fagundes – com relação à base de dados de trabalhador doméstico sugere que seja verificado no e-social. Informa ainda que o GT do Ministério do Trabalho do E-Social Doméstico tem um fiscal do trabalho que está no projeto desde o início que poderia ajudar, que é o servidor José Maia, que é responsável por estes dados de trabalho doméstico.

Fabiana Severo – ressalta que ao se falar de trabalho escravo doméstico tem-se uma população invisibilizada, que provavelmente não aparece nestes bancos de dados, exemplifica falando do caso das Filipinas que embora tenha tido uma certa formalidade para a contratação destas, elas não estavam registradas no e-social. Entende que a Fenatrad tem um acúmulo para trazer essa voz. Ressalta que é importante pensar em uma forma de alcançar essa camada invisibilizada que está fora desses dados. Coloca-se à disposição para atuar em reuniões, mesmo que à distância.

João Francisco – considera importante todas essas sugestões, mas ressalta que é importante alcançar o CRAS e CREAS, no sentido de realizar essa busca ativa a partir daí, e utilizarmos disso no pré e pós- resgate.

c) Balanço das atividades da Coordenação e perspectivas

Adilson Carvalho – relata que a ideia é ver o que funcionou ou não funcionou, na perspectiva de que essa estrutura precisa continuar. Considera importante começar a pensar e programar as atividades daqui pra frente, no sentido de que não se tenha descontinuidade. Lembra que em janeiro tem a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, devendo iniciar a pensar o que será feito. Fala sobre a difícil decisão no início de ficar na pasta e um fator predominante foi o fato de conhecer o embaixador Sílvio e sua trajetória profissional, e naquele momento alguns argumentos levantados por ele no sentido de que somos servidores de carreira, que temos que servir à sociedade independente de governo e o apelo para ficarmos no governo e resistir foram fatores preponderantes para que resolvesse ficar, apesar das condições. Todavia, entende que o saldo, diante de todas as dificuldades, foi positivo com a gestão da Flávia. Do ponto de vista da coordenação informa que se tentou organizar o processo administrativo, tirando o calendário, registro de processos de trabalho, encaminhamentos das reuniões, manutenção da estrutura de pessoal, buscou-se encaminhar algumas pautas, devendo algumas serem retomadas, como o regimento interno, o III Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo e o Observatório. Fala sobre o avanço do Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, com a adesão de 23 estados, falando sobre os compromissos, citando que essa é uma das agendas prioritárias, que deu bastante resultado. Fala sobre o Encontro Nacional das Coetraes e marcação do próximo encontro para o dia 23/06/2018. Informa que o Admar propôs uma mudança de data para os dias 11 a 13/04/2018, ficando acatada a nova data. Faz agradecimentos a algumas pessoas e instituições por ter conseguido viabilizar o encontro.

Marília Ramos – gostaria de saber se já está em discussão a metodologia do próximo encontro.

Adilson Carvalho – informa que ainda não, mas está em aberto. Menciona que o grupo construiu uma rede de altíssima qualidade, devendo haver essa defesa institucional. Expõe que a Conatrae conseguiu muitos avanços, no campo da articulação política, cita como exemplo o fato de conseguir barrar uma tentativa de atropelo do conteúdo da Portaria na virada do ano de 2015

para 2016; cita ainda que conseguiu passar o PLS 432/2013 para a relatoria do Paim; no processo da lista suja, a publicação saiu por estratégias da Conatrae, lembra ainda articulação com relação ao GT do MTb que foi dissolvido, em razão do processo de articulação dos membros da Conatrae.

Rodrigo Hufwhey – fala que a ata que foi encaminhada com atraso.

Fabiana Severo – faz um reconhecimento a toda essa articulação que teve muito sucesso pelo esforço de todos, mas em especial pela Coordenação. Parabeniza a equipe da Conatrae, pela organização do Encontro das Coetraes, que talvez não seja tão visível hoje o quanto é relevante. Considera que é muito necessário este debate regionalizado, que este contato é essencial visto que não podemos pensar ser possível fazer esse trabalho de forma centralizada ou vertical, sendo necessário esse debate regionalizado. Ressalta que é necessário investir e acreditar que precisamos dar mais amplitude para esta participação. Apela que nesse processo de transição seja dada continuidade de forma a não esvaziar a Comissão.

Carlos Eduardo Chaves – diz que se sente contemplado com a fala da Fabiana, lembra os momentos que pensaram em deixar a Conatrae e o momento em que saíram do GT de construção do Plano. Reconhece que se não fosse este trabalho articulado não se teria produzido tanto, ainda que não se tenha conseguido produzir tudo o que gostaria, como o projeto de terceirização, que não houve manifestação, dentre outros. Todavia, foi possível conseguir uma unidade de atuação e uma articulação qualitativa. Reconhece que o Adilson fez com que cada um se reconhecesse como parte do processo, sem vaidades, não tendo protagonismo de um ou outro. Parabeniza a todos.

Adilson Carvalho – acrescenta agradecimentos a agenda da Sentença da Corte, que é o livro e o seminário, agradecendo às pessoas da equipe, nas pessoas da Cátia e Camila.

d) Outros informes

Carlos Eduardo Chaves – informa que participou do Seminário Internacional sobre Tráfico de Pessoas, lembra que já sugeriu que haja uma maior aproximação entre as pautas de trabalho escravo e tráfico de pessoas. Entende que deveria avaliar como seria a representação dos membros da Conatrae no Conatrap, para se fazer essa atuação conjunta. Acha que todos deveriam ter acesso ao resultado final do seminário que aponta vários elementos que vão fundamentar a construção do plano, que são muito semelhantes ao que se faz na Conatrae. Acha que deveria ver a possibilidade de que forma se faria uma apresentação dos resultados do seminário do Conatrap, de forma a dar efetividade a esse acompanhamento em comum.

Adilson Carvalho – lembra que realmente a Conatrae tem assento no Conatrap, não devendo ser necessariamente do MDH, entende que o ideal é que essa vaga não seja do governo, mas sim de alguém que seja escolhido na Conatrae. Sugere que isso seja colocado na pauta da próxima reunião.

Maria Fernanda – fala que o Conatrap está colhendo essas informações do seminário, que o foco é a construção do III Plano, que estão num processo de eleição dos membros do Conatrap. Entendendo ser importante haver uma articulação para ver como o Conatrap poderia utilizar-se do que já existe na Conatrae. Fala que a coordenação atualmente foi instituída de fato no Ministério da Justiça. Entende importante aproximar essas pautas.

Adilson Carvalho – fecha a reunião

❖ Encaminhamentos

- A Coordenação-Geral da Conatrae irá circular, por e-mail, a Nota Técnica da SIT, que trata sobre os procedimentos da fiscalização do trabalho após a publicação da Portaria 1129/2017.
- A Coordenação-Geral irá articular audiências, formulando os seguintes ofícios:
 - À Ministra dos Direitos Humanos, expondo a preocupação dos membros da Conatrae com as sucessões dos dirigentes da Secretaria Nacional de Cidadania e da Coordenação-Geral da Conatrae, solicitando uma agenda para receber uma comitiva.
 - Ao Ministro do Trabalho, expondo a preocupação com questões que estão sendo regulamentadas pela Portaria 1129/2017, como conceito, lista suja e principalmente fiscalização do trabalho; solicitando esclarecimentos acerca dos procedimentos que estão sendo adotados após a suspensão da portaria; e solicitação de agenda para receber uma comitiva da Conatrae para tratar do assunto.
 - Ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia e ao Deputado Jovair Arantes para tratar sobre os projetos de lei que estão tramitando na Câmara, que trata sobre trabalho escravo.
- Inserir a Defensora Pública Fabiana Galera Severo nas discussões do GT de trabalho doméstico escravo.
- Incluir na pauta da próxima reunião a discussão sobre a ocupação de assento no Conatrap, sugerindo que este representante seja escolhido pela Conatrae, não devendo necessariamente ser alguém do governo.
- Incluir na pauta da próxima reunião a aprovação das atas dos dias 08/08/2017 e 26/09/2017.